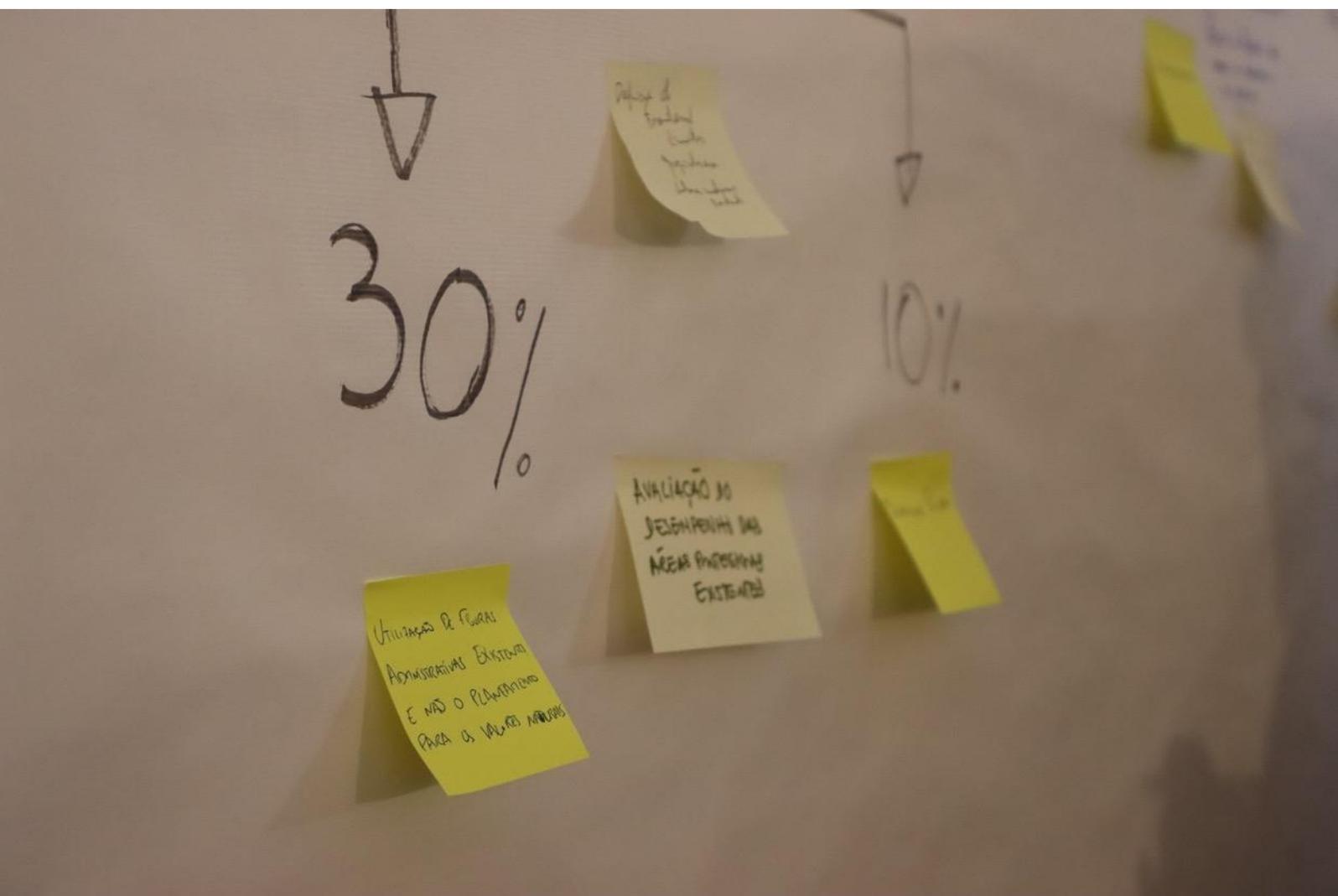


Think Tank

Natura Connect PT

Relatório da primeira reunião
21 de novembro 2023, Évora





Relatório da primeira reunião do Think Tank Natura Connect PT

Comissão de Coordenação do Think Tank:

Miguel B. Araújo, Bárbara Pais, Francisco Moreira e Rosário Oliveira

Organização da sessão:

Miguel B. Araújo, Bárbara Pais, Francisco Moreira, Rosário Oliveira e Henrique M. Pereira

Facilitação da sessão e produção do relatório:

Bárbara Pais

Fotografia de capa:

Carlos Espiga

Agradecimentos:

Casa Morgado Esporão, Évora

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Ministério do Ambiente e Alterações Climáticas

Évora, Janeiro de 2024

Para mais informações contactar:

Bárbara Pais

barbara@naturedialogues.pt



**Co-funded by
the European Union**

A iniciativa insere-se no âmbito do projeto Natura Connect, co-financiado pela program Horizon da União Europeia.

Índice

INTRODUÇÃO	4	SECÇÃO 2: AÇÕES PRIORITÁRIAS, STAKEHOLDERS E INSTRUMENTOS	19
Objetivos da sessão e agenda	5	1 - Plano de Restauro da Natureza	20
Membros do Think Tank	6	Ações prioritárias	20
Funcionamento do Think Tank	6	Instrumentos	20
O projeto NaturaConnect	7	Atores	20
Contexto para a criação do Think Tank: o estudo Biodiversidade 2030	8	Barreiras	20
Objetivos do Think Tank	8	2) Eficácia da Gestão e Cogestão	21
SECÇÃO 1: BARREIRAS À IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA EUROPEIA DA BIODIVERSIDADE EM PORTUGAL	9	Exemplo 1: Modelo de gestão no Baldio de Famalicão da Serra	21
Oportunidades	10	Exemplo 2: Modelo de Gestão FlorestGal e potencial up-scaling para área protegida	22
Mapeamento: barreiras à implementação da EB2030	11	Exemplo 3: Recreio na Tapada de Mafra	22
Orientações resultantes do mapeamento	17	Outros exemplos:	22
Políticas e legislativas	17	3) Reforço da coerência do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (expansão e ordenamento)	23
Financiamento	17	Ações	23
Ordenamento	17	Stakeholders a envolver	23
Governança	17	Instrumentos	23
Capacitação e sensibilização	17	SECÇÃO 3: INDICAÇÕES PARA AS PRÓXIMAS SESSÕES	24
Critérios, standards ou mecanismos	18	Sessões de capacitação	25
Gestão do património natural	18	Cronograma das próximas sessões	25
		Compromissos assumidos pelos membros do Think Tank	26
		BIBLIOGRAFIA	28
		ANEXO – AGENDA DA SESSÃO	29

Introdução

O Think Tank NaturaConnect PT é uma iniciativa pioneira em Portugal, que visa diagnosticar os principais obstáculos políticos, socioeconómicos e técnicos para alcançar os objetivos definidos na Estratégia Europeia da Biodiversidade 2030 (EB2030). Congrega altos quadros da administração pública (em matéria de ambiente, ordenamento e conservação da natureza), do sector empresarial, do meio académico e de organizações não-governamentais. Através do diálogo multisectorial e inclusivo, pretende promover as transformações necessárias para a criação da *cumprir os objetivos da União Europeia*.

A primeira sessão do Think Tank teve lugar em Évora, no dia 21 de Novembro de 2023, e contou com a presença de 16 (de 26) membros do Think Tank. Serve o presente relatório para resumir as atividades e sistematizar a informação recolhida durante a sessão. Foi, sempre que possível, feita uma transcrição direta das intervenções, escritas e orais, dos participantes.

O relatório encontra-se dividido em quatro partes, uma nota introdutória; a secção 1, que contém uma análise do mapeamento das barreiras à implementação da EB2030; a secção 2, onde constam intervenções prioritárias, stakeholders e ferramentas, detalhadas pelos participantes para três objetivos específicos; e a secção 3, com um resumo dos próximos passos e compromissos assumidos pelos participantes.



Figura 1 - Think Tank, primeira reunião na Casa Morgado Esporão, Évora, 21 de Novembro de 2023 © Carlos Espiga

Objetivos da sessão e agenda

A primeira sessão, acolhida na Casa Morgado Esporão, foi primeiramente, uma oportunidade para estabelecer um ambiente seguro e de confiança entre os membros do Think Tank. Após as boas-vindas de Miguel Bastos Araújo e Nuno Banza, foi feita uma ronda de apresentações. Seguiu-se um bloco de intervenções estruturadas, para a contextualização dos participantes, realizada por:

- Miguel Bastos Araújo, apresentou o funcionamento do Think Tank e do projeto em Portugal, fazendo uma resenha das principais recomendações do estudo Biodiversidade 2030.
- Henrique M. Pereira, fez um resumo dos objetivos do projeto NaturaConnect e da EB2030;
- Carlos Albuquerque, apresentou um ponto de situação sobre a implementação da EB2030 em Portugal.

Após as discussões geradas na sequência das apresentações, os participantes foram desafiados a identificar os principais fatores políticos, sociais e económicos que inibem ou restringem a implementação da EB2030 em Portugal em territórios terrestres. Individualmente, os membros do Think Tank circularam pelos diferentes componentes da EB2030 afixadas na sala (ver Secção I), e colocaram as suas sugestões em post-its, que foram posteriormente analisadas e categorizadas.

Durante o período da tarde, divididos em três grupos de trabalho, os membros do Think Tank detalharam ações prioritárias, identificaram os principais atores a envolver e capacitar, e elencaram instrumentos necessários (técnicos, políticos e financeiros) para três objetivos prioritários:

- a) Reforço da coerência do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (expansão e ordenamento)
- b) Plano de Restauro da Natureza
- c) Eficácia da gestão e cogestão

Os resultados do exercício participativo são apresentados na seção II. A agenda completa pode ser consultada em anexo.

[Download das apresentações.](#)

Membros do Think Tank

Entidades e membros que participaram na reunião:

1. ICNF: **Nuno Banza**, Presidente do Conselho Diretivo e **Carlos Albuquerque**, Dir. Conservação da Natureza
2. Agência Portuguesa do Ambiente: **Maria João Pinto**, Dir. Dept. Litoral de Proteção Costeira
3. Direção-Geral do Território: **Fátima Bacharel**, Diretora de Serviços
4. FlorestGal: **José de Jesus Gaspar**, Presidente do Conselho de Administração
5. Parques de Sintra Monte da Lua, S.A.: **Cláudia Almeida**, Diretora do Departamento de Património Natural
6. Tapada Nacional de Mafra: **Carlos Pais**, Presidente da Direção
7. Navigator: **Nuno Neto**, Diretor da Gestão Florestal da Navigator e **Nuno Rico**, Gestão de Recursos Naturais
8. Universidade de Évora/Cátedra de Biodiversidade “Rui Nabeiro”: **Miguel Bastos Araújo**, Coordenador do Projeto NaturaConnect; **Bárbara Pais** (*organização*)
9. MED - Univ. de Évora: **Carla Pinto Cruz**
10. CIBIO/Biopólis: **Francisco Moreira** (*organização*)
11. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: **Rosário Oliveira** (*organização*)
12. Representante do projeto NaturaConnect/ German Centre for Integrative Biodiversity Research : **Henrique M. Pereira** (*organização*)
13. ANP-WWF: **Catarina Grilo**, Director of Conservation and Policy

Membros que não puderam comparecer:

1. Ministério do Ambiente e Ação Climática: Duarte Cordeiro, Ministro
2. Sonae: Paulo de Azevedo, Chief Development Officer
3. Direção Geral do Território: Ana Seixas, Subdiretora-Geral
4. Parques de Sintra Monte da Lua, S.A.: Sofia Cruz, Presidente do Conselho de Administração
5. Fundação Mata do Buçaco: Guilherme Duarte, Presidente do Conselho Diretivo
6. Business Council for Sustainable Development: (João Meneses), Secretário-Geral
7. Rewilding Portugal: Pedro Prata, Diretor Executivo e Sara Aliácar, Diretora de Conservação
8. Liga da Proteção da Natureza: Jorge Palmeirim, Presidente
9. FlorestGal: Cândida Pestana, Vogal Executiva

Funcionamento do Think Tank

Think Tank NaturaConnect **reunirá ainda duas vezes presencialmente**, em 2024 e 2025, e serão organizadas **três sessões intermédias**, em formato online, com outros interlocutores-chave. Serão organizados **quatro módulos de formação técnica** entre 2024-2026, dirigidos a atores-chave, que abordarão temas como a conectividade ecológica e climática, o restauro ecológico e planeamento adaptativo.

O projeto NaturaConnect

A criação do grupo de reflexão é uma iniciativa liderada pela Universidade de Évora, enquadrada no âmbito do projeto “[Natura Connect - Designing a Resilient and Coherent Trans-European Network for Nature and People](#)”, financiado pela União Europeia. No âmbito do projeto que conta com a participação de 22 entidades parceiras de vários países Europeus, Portugal foi selecionado como um dos seis casos de estudo para uma análise detalhada dos desafios associados à prossecução das metas da EB2030.

O projeto pretende: (1) compreender as preferências e necessidades dos países da União Europeia em relação aos objetivos de conservação da natureza; (2) aproveitar as melhores práticas de gestão de áreas protegidas e mecanismos de financiamento; (3) Testar a análise de priorização espacial e as ferramentas para a Rede Trans-Europeia de Natureza (TEN-N) que estão a ser produzidas no âmbito do projeto; (4) Propor um sistema de monitorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas (SE) para a rede, em conexão com o EuropaBON.

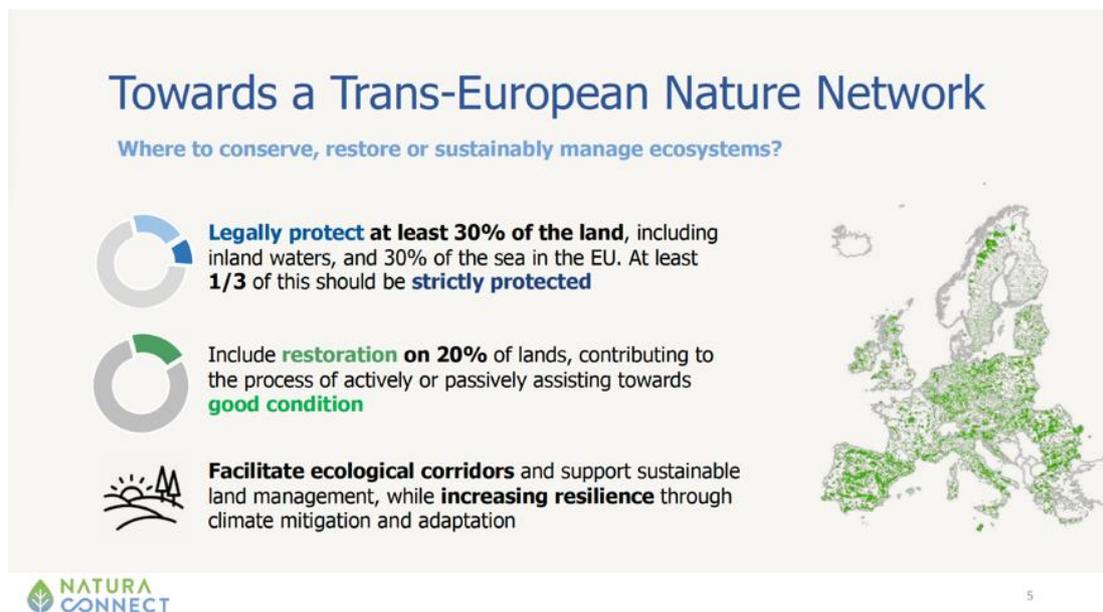


Figura 2 - Os objetivos da EB2030 sobre os quais o projeto NaturaConnect se debruça. Extraído da apresentação de Henrique M. Pereira

Os casos de estudo variam em escala geográfica. França, Finlândia e Portugal são casos de estudo de âmbito nacional; Doñana e a região periurbana inundável de Leipzig-Halle na Alemanha constituem casos de cariz regional; e uma região transfronteiriça, que abarca 15 países da Europa Central e de Leste, ao longo do Danúbio e fronteira com os Cárpatos. Os resultados dos casos de estudo serão posteriormente sintetizados e comunicados às entidades europeias competentes.

Contexto para a criação do Think Tank: o estudo Biodiversidade 2030

A criação de um Grupo de Reflexão para a Biodiversidade vem na sequência do estudo “[Biodiversidade 2030 – nova agenda para a conservação em contexto de alterações climáticas](#)”, coordenado por Miguel B. Araújo, a pedido do Ministério do Ambiente e Ação Climática, publicado em 2021. O estudo propõe políticas e orientações técnicas para o ordenamento, gestão, governança e financiamento, especificamente orientadas para favorecer a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas.

O desenho das ações do Caso de Estudo Português baseou-se nas principais fragilidades identificadas no estudo, como a fraca articulação intersectorial e interministerial. O Think Tank vem ocupar a função de potenciar diálogo, num espaço de partilha multisectorial, que reúne não só entidades governamentais, mas também da sociedade civil, do sector privado e da academia.

O estudo Biodiversidade identificou também uma escassa capacitação e empoderamento dos atores locais na gestão ativa do capital natural, o que traz limitações à eficiência das intervenções no território. As sessões de capacitação previstas pretendem contribuir para colmatar a falta de conhecimento técnico em matéria de biodiversidade, ordenamento e gestão do património natural. Por fim, o subfinanciamento das políticas públicas para a conservação (e restauro) sugerem um maior envolvimento do sector privado no financiamento da biodiversidade.

Objetivos do Think Tank

1. Identificar, colaborativamente, barreiras ao cumprimento das metas estipuladas para a estratégia europeia de biodiversidade 2030
2. Mapear o sistema regulatório na área da conservação e ordenamento do território de modo a entender os principais nodos do sistema e as interrelações que se estabelecem (ou não) entre eles.
3. Definir prioridades de intervenção para desbloquear barreiras e potenciar sinergias positivas para implementação da estratégia europeia de biodiversidade 2030.

Secção 1

Barreiras à implementação da Estratégia Europeia da Biodiversidade em Portugal

A estratégia nacional para as florestas e para a biodiversidade (Missão Natureza) estão atualmente a ser revistas para o alinhamento com os objetivos da EB2030 e da Estratégia Europeia das Florestas. As estratégias revistas e o Quadro de Ação Prioritária¹ (QAP) serão a base para um novo pacote de investimento em conservação.

“Não há nenhuma estratégia que se consiga implementar sem um pacote financeiro.”

É fundamental “assumir compromissos” e canalizar financiamento para a definição, fiscalização e atribuição de valor do capital natural. Com a expressiva percentagem de território privado em Portugal, são necessários incentivos fiscais que potenciem o envolvimento dos proprietários em medidas de conservação da biodiversidade. Mecanismos que potenciem a compatibilização interesses, e critérios para valorar serviços dos ecossistemas devem ser desenvolvidos.

Também o reforço do financiamento disponível para a aquisição de terrenos pelo Estado foi várias vezes debatido. Trata-se de uma aposta especialmente relevante para a definição de 10% de território em proteção estrita. Em áreas de proteção estrita, pressupõem-se processos naturais não são perturbados, há interdição de atividades extrativas (com exceção da prevenção de risco, e razões de segurança pública) e uma significativa limitação da presença humana.

¹ QAP ou Priority Action Framework (PAF) <https://www.icnf.pt/api/file/doc/ffb347af20df1daf>

Oportunidades

A conservação da natureza não ocorre exclusivamente em áreas protegidas e classificadas. As OECMs (other effective area-based conservation measures) são uma abordagem de conservação conseguida enquanto subproduto de um determinado modelo de gestão. Abrange três cenários principais (ver figura 3) e são sistemas de gestão já existentes, ainda que não sejam assim designados. Alguns locais identificados como "potenciais OECMs" que não correspondem exatamente à definição, podem exigir algumas alterações de gestão para atingir o estatuto de OECM completo.

OECM

Esta definição abrange três casos principais:

1. "**Conservação acessória**": áreas que proporcionam conservação in-situ como subproduto da gestão, embora a conservação da biodiversidade não seja um objectivo (por exemplo, alguns campos de treino militar, sepulturas marinhas protegidas de guerra e zonas de protecção de água doce).
2. "**Conservação secundária**": conservação activa de uma área onde os resultados da biodiversidade são apenas um objectivo secundário de gestão (por exemplo, alguns corredores de conservação).
3. "**Conservação primária**": áreas que correspondem à definição de área protegida da UICN, mas onde a autoridade governativa (por exemplo, comunidade, grupo de povos indígenas, grupo religioso, proprietário privado de terras) não deseja que a área seja reportada como área protegida.

Figura 3 - OECMs, extraído da apresentação de Carlos Albuquerque

Os [Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem](#) (PRGP) foram referidos como um bom exemplo, com potencial para aumentar a multifuncionalidade dos territórios e a resiliências às alterações climáticas. Ações prioritárias são definidas espacialmente por um horizonte temporal até dez anos, com o pacote financeiro atribuído com base nas ações planeadas, incluindo manutenção.

A Lei do Restauro da Natureza veio acelerar o processo de identificação de responsabilidade para o mapeamento e definição de áreas prioritárias de intervenção. Com o objetivo de melhorar e restabelecer habitats biodiversificados em grande escala, e trazer de volta populações de espécies, melhorando e alargando os seus habitats, o Plano Nacional de Restauro deverá incluir medidas fora do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), em ecossistemas agrícolas, florestais e marinhos. A reconversão de gestão florestal e a renaturalização de territórios do interior.



Figura 4 - Participantes durante o mapeamento de barreiras à implementação da EB2030 © Carlos Espiga

Mapeamento: barreiras à implementação da EB2030

Os resultados apresentados provêm do mapeamento de fatores políticos, sociais e económicos que inibem ou condicionam a implementação da EB2030, e das discussões tidas durante a sessão. Foram identificadas barreiras para seguintes componentes da EB2030:

- 2.1. Uma rede coerente de áreas protegidas (30% + 10%)
- 2.2 Um plano da EU de Restauração da Natureza: recuperar ecossistemas na terra e no mar
 - 2.2.1. Reforçar o quadro jurídico da UE relativo à restauração da natureza
 - 2.2.2. Trazer a natureza de volta às terras agrícolas
 - 2.2.3. A questão da ocupação artificial do solo e a restauração dos ecossistemas dos solos
 - 2.2.4. Aumentar a quantidade de florestas e melhorar a saúde e resiliência destas
 - 2.2.5. Soluções mutuamente vantajosas para a produção de energia
 - (2.2.6. Restabelecer o bom estado ambiental dos ecossistemas marinhos)²
 - 2.2.7. Restauração dos ecossistemas de água doce
 - 2.2.8. Ecologização das zonas urbanas e periurbanas
 - 2.2.9. Reduzir a poluição*
 - 2.2.10. Combater as espécies exóticas invasoras
- 3.1. Um novo quadro de governação (Eficácia da gestão)
- 3.2. Intensificar a aplicação e a fiscalização da legislação ambiental da EU
- 3.3. Tirar partido de uma abordagem integrada e que envolva a sociedade como um todo
 - 3.3.1. Empresas em prol da biodiversidade
 - 3.3.2. Investimentos, fixação de preços e fiscalidade
 - 3.3.3. Medir e integrar o valor da natureza
 - 3.3.4. Melhorar os conhecimentos, a educação e as competências

2.1. Uma rede coerente de áreas protegidas (30% + 10%)

A elevada percentagem de propriedade privada em Portugal é uma das principais barreiras à gestão das áreas protegidas, e por conseguinte, à prossecução dos objetivos de proteger 30% de território terrestre e garantir 10% em estrita proteção. “Apenas 3% da área florestal (em Portugal continental) é pública, 14% com os baldios”. Apesar do investimento do Governo em adquirir e gerir propriedades florestais, através da empresa pública [FlorestGal](#), os fundos disponíveis são insuficientes para uma resolução célere.

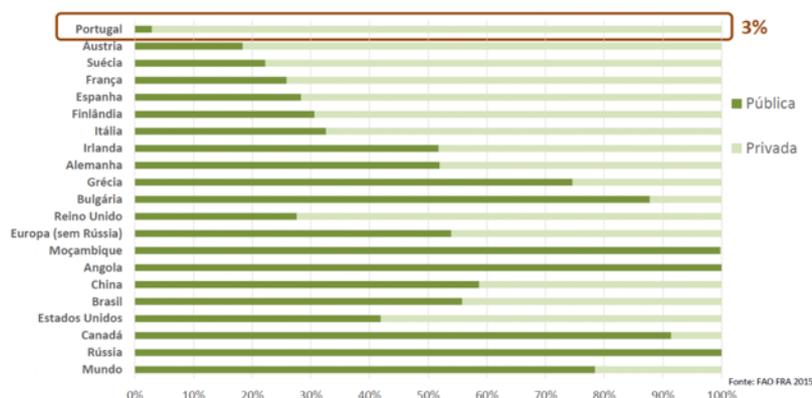


Figura 5 - Regime de Propriedade - Extraído da apresentação de Carlos Albuquerque

² Excluída da análise por se tratar de ecossistemas marinhos.

“Falta investimento em aquisição de terrenos dedicados à conservação da biodiversidade de forma eficaz.”

Difícilmente se alcançará a meta 10%, sem a aquisição pública de propriedades geridas para a biodiversidade. Foi discutida a necessidade de uma definição de “estritamente protegido” para eventualmente poderem ser consideradas outras áreas de conservação. Por outro lado, deve ser potenciada a conservação em terreno privado. “Falta assumir o seu valor”. No âmbito dos apoios fiscais, foi ainda sugerido um fundo de investimento privado para a biodiversidade.

“Envolvimento de stakeholders em processos verdadeiramente participativos e não apressados”.

A conservação de bens públicos em território de jurisdição privada aporta conflitos. A governança é complexa e requer uma harmonização de interesses amplamente divergentes. Há uma fraca articulação intersectorial, e incentivos à produção, com consequências perversas para a biodiversidade e funcionalidade ecológica.

O baixo envolvimento de stakeholders “em processos verdadeiramente participativos” e a “ausência de uma metodologia co-construída pluridisciplinarmente para a seleção dessas áreas (de conservação)”, foram apresentados como fatores que inibem o mútuo entendimento. A criação de “comissões de cogestão capacitadas e multidisciplinares” foi uma das propostas apresentadas.

“Definição de fronteiras / limites apropriados aos valores naturais (...)”

Foi identificada uma tendência para a “utilização de figuras administrativas existentes” em detrimento de um planeamento para os valores naturais. A expansão da RNAC deve ser baseada em estudos de conectividade ou refúgios climáticos, em detrimento de áreas com outras designações. A “marcação de áreas só para cumprir metas” e a falta de avaliação do desempenho das APs existentes são apontadas como fragilidade do sistema de designação de APs. Foi mencionado que o estatuto de proteção por si só não chega, sendo necessária uma dinâmica que acautele o tipo de gestão e os resultados pretendidos.

Estratégia de Biodiversidade da EU para 2030		
Situação em Portugal Continental, componente Terrestre Nov 2023		
ZEC terrestre + ZPE terrestre	1887093,00	21,2%
RNAP (terrestre) + RN2000 (terrestre)	1990616,332	22,3%
RNAP (terrestre) + RN2000 (terrestre) + Biosfera (terrestre)	2611511,57	29,3%
RNAP (terrestre) + RN2000 (terrestre) + Biosfera (terrestre) + RAMSAR (terrestre)	2647077,76	29,7%
RNAP (terrestre) + RN2000 (terrestre) + Biosfera (terrestre) + RAMSAR (terrestre) + Geoparque (terrestre)	3093448,00	34,72%

Figura 6 - Extraído da apresentação de Carlos Albuquerque

2.2 Um plano da EU de Restauração da Natureza: recuperar ecossistemas na terra e no mar

A ausência de financiamento (e de mecanismos de financiamento simplificado) para o restauro ecológico foi o fator identificado com maior frequência. A nível da gestão, foi novamente a necessidade de harmonização de interesses de produção e conservação, e recomendado o foco na conservação do solo. Será necessário uniformizar métodos de monitorização e linguagem, e capacitar os stakeholders responsáveis pelo restauro. É sugerido criar um grupo consultor multidisciplinar.

2.2.1. Reforçar o quadro jurídico da EU relativo à restauração da natureza

Para reforçar o quadro jurídico, será necessário chegar a acordo de uma única definição europeia de restauro, balizando objetivos, sistemas de referência e monitorização. Foi apontado que os regulamentos europeus estão “longe” das pessoas e que é necessário adequar à realidade e prioridades de cada estado-membro.

No apoio aos privados para restaurar, deve ser criado um quadro jurídico de servidão privada e simplificada a legislação sobre os particulares.

2.2.2. Trazer a natureza de volta às terras agrícolas

A narrativa de escassez de alimentos decorrente da pandemia, levou a um aumento do esforço na produção para a soberania alimentar. A gestão agrícola deverá basear-se em modelos multifuncionais e adaptativos, com uma prevalência de sistemas agro-silvo-pastoris. A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) deveria focar-se na renaturalização e instalação de infraestrutura verde.

Fomentar o diálogo para criar soluções de compromisso entre políticas agrícolas e de conservação da natureza é fundamental. Os agricultores em modos de produção intensivos, por exemplo, devem aceitar a reintrodução de elementos semi-naturais.

No âmbito da capacitação, é identificado um défice de formação aos agricultores (extensão rural), e sugerida formação dedicada aos serviços dos ecossistemas.

2.2.3. A questão da ocupação artificial do solo e a restauração dos ecossistemas dos solos

O direito de edificação e a expansão (peri)urbana desordenada são os principais problemas. Não se conhece à escala territorial o impacto do uso do solo na biodiversidade, na matéria orgânica e água.

2.2.4. Aumentar a quantidade de florestas e melhorar a saúde e resiliência destas

O reforço de modelos agro-silvo-pastoris e uma melhor gestão florestal, com mobilização mínima, podem contribuir para melhorar os ecossistemas dos solos.

“Gerir para a qualidade das florestas e suas multifunções”

O ordenamento florestal deve estar baseado na aptidão ecológica. É necessário valorizar a gestão florestal e atribuir maior investimento ao desenvolvimento rural. Projetos de investigação consistentes também são uma necessidade.

Fatores abióticos, o risco de incêndio e as alterações climáticas são riscos prementes que ameaçam o estado das florestas. É, no entanto, sugerido controlar o risco de incêndio “sem transformar o ecossistema florestal num jardim de árvores”.

2.2.5. Soluções mutuamente vantajosas para a produção de energia

A atual expansão de parques eólicos e fotovoltaicos é um dos principais problemas identificados. Falta planeamento estratégico e critérios para a compatibilização entre a produção energética e a conservação da natureza.

2.2.7. Restauração dos ecossistemas de água doce

Em Portugal, não existe obrigação legal de remover barreiras obsoletas, um programa faseado de descontinuação de barragens e outras barreiras deveria ser implementado. Há um desconhecimento do que é um rio livre. Maior formação e financiamento em serviços dos ecossistemas é recomendado.

Em termos de narrativa, o deficit hídrico, provocado por anos de seca prolongados, inibem a discussão sobre a saúde dos rios, uma vez que predomina a questão do acesso à água.

2.2.8. Ecologização das zonas urbanas e periurbanas

A nível do ordenamento, a implementação das Estruturas Ecológicas Municipais (urbana e rural) é um fator fundamental. É necessária alavancagem financeira e técnica aos municípios, e exigir metas que incluam aglomerados urbanos de pequenas dimensões. Em termos de narrativas, continua a ser predominante o “relvado inglês como ideal de espaço verde público” e foi mencionado que “é necessário “assegurar o potencial, o autóctone e as NBS (nature-based solutions)”.

2.2.10. Combater as espécies exóticas invasoras

O abandono agrícola e a evolução climática tornam a erradicação de espécies exóticas invasoras uma “missão impossível”. É necessária educação ambiental, coragem política e

um programa de investigação “consistente e continuado”. Para potenciar o conhecimento e a gestão, é necessário a adoção de metodologias financeiramente sustentáveis.

3.1. Um novo quadro de governação (Eficácia da gestão)

Foi questionada a existência de mecanismos / sistemas de monitorização e avaliação do quadro atual e sugerida a integração da biodiversidade na gestão territorial de longo prazo. A falta de capacitação dos recursos humanos foi também apresentada como uma condicionante da eficácia da gestão.

Identificaram-se como principais barreiras a nível de envolvimento e articulação, o frequente desalinhamento entre parceiros e a fraca articulação interministerial e participação de stakeholders em temas de conservação.

“Há um vazio entre a gestão dos interesses públicos regulamentares e os interesses privados”

Uma vez mais, a propriedade privada surge como uma das grandes barreiras, com dificuldades em gerar entendimentos e na co-responsabilização. São necessárias novas formas de gestão colaborativa, e uma definição do tipo de cogestão que se pretende. Deve evoluir-se no sentido da contratualização da gestão separando execução de promoção, avaliação e fiscalização.

3.2. Intensificar a aplicação e a fiscalização da legislação ambiental da União Europeia

Uma transposição adequada, considerando as realidades de cada estado membro. Falta participação pública, “metas demasiado ambiciosas, não trabalhadas previamente com os stakeholders” e co-responsabilização. Em termos de fiscalização, a “definição de normas dificilmente fiscalizáveis, a fraca articulação com os agentes de fiscalização (polícia municipal, GNR, outros)” e a falta de meios humanos para manter fiscalização são apontadas como as principais fragilidades.

3.3. Tirar partido de uma abordagem integrada e que envolva a sociedade como um todo

O envolvimento da sociedade deverá ser considerado uma prioridade social e política. É identificada uma incapacidade (do Estado) em conduzir processos participativos. Há também uma “rarefação de interlocutores em territórios onde os valores naturais existem”, sendo sugerida uma auscultação dos principais atores para a definição de normas.

3.3.1. Empresas em prol da biodiversidade

A ausência de novas ferramentas de financiamento, critérios e narrativas assentes na valorização da biodiversidade foram as principais fragilidades apontadas. Existe pouco

reconhecimento fiscal dedicado a investimentos em atividades de conservação (com certificação) e uma fraca integração do valor da biodiversidade. Ainda que hajam empresas interessadas em investir, na sua estratégia de responsabilidade ambiental (e ESG), existe uma generalizada falta de conhecimento do que é conservação da natureza, restauro, e de outras medidas que integrem o coeficiente da biodiversidade.

Para isso, são sugeridas políticas fiscais incentivadoras, novos estímulos de mercado (exemplo: certificação de gestão florestal), e outros mecanismos de incentivo para empresas. É necessário criar mecanismos de partilha de dados de monitorização entre empresas, e definir sistemas de valoração de serviços dos ecossistemas. Recomenda-se ainda a cooperação com privados a nível de ações de paisagem.

3.3.2. Investimentos, fixação de preços e fiscalidade

A visão das políticas fiscais, uma exagerada burocracia, a falta de transparência e a inabilidade na perceção de risco dos investidores dificultam o processo de investimento em biodiversidade. As fragilidades identificadas incluem uma ausência de regimes obrigatórios de compensação de perda, com a conseqüente dificuldade na compatibilização de conceitos – usos, níveis de proteção, etc. Faltam também investimentos cooperativos ao nível da paisagem. É proposta a criação de um fundo de biodiversidade – gerido multidisciplinarymente e participativamente.

3.3.3. Medir e integrar o valor da natureza

O valor da natureza tem de ser entendido como fundamental para o funcionamento das sociedades e bem-estar humano. As opções políticas devem ter em conta o capital natural e o impacto de atividades extrativas no funcionamento do ecossistema. Faltam definir metodologias de valorização do capital natural, “estáveis e aceitáveis e, se possível, simplificando”, e métricas concretas para os objetivos e financiamento de resultados.

3.3.4. Melhorar os conhecimentos, a educação e as competências

No âmbito da capacitação, foram identificadas necessidades de melhorar o conhecimento sobre conservação da natureza e biodiversidade, a vários níveis. Para o público escolar, faltam ações de educação ambiental e será necessário rever conteúdos do ensino obrigatório e superior. Os agentes do território, nomeadamente os municípios, não reúnem competências a gestão da biodiversidade, pelo que será necessário um maior esforço de capacitação para estes públicos. A empresas e produtores agrícolas, é importante capacitar para os serviços dos ecossistemas e a implementação de medidas potenciadoras de biodiversidade. A nível de fiscalização, foram também identificada necessidade de melhorar competências das entidades fiscalizadoras.

Orientações resultantes do mapeamento

Políticas e legislativas

- Reconhecimento de OECMs
- **Restauração da Natureza:**
- Consensuar definição europeia
- Adequação à realidade de cada Estado-Membro
- Definição de prioridade nacionais

Financiamento

Áreas Protegidas

- Criar fundo de investimento privado
- Aquisição de terrenos para a conservação da natureza

Áreas urbanas

- Alavancagem financeira para municípios para o planeamento e instalação de infraestrutura verde

Fiscalidade verde

- Criação de um fundo de biodiversidade e outros “estímulos de mercado”
- Mecanismos de incentivo para as empresas: definição de métricas concretas para objetivos e financiamento de resultados
- Mecanismos para partilha de dados entre empresas

Ordenamento

- Implementação das Estruturas Ecológicas Municipais
- Metas que incluem aglomerados urbanos de pequenas dimensões, na ecologização de zonas urbanas
- Definição de fronteiras / limites apropriados aos valores naturais
- Planificação com seleção de áreas fora da Rede Natura2000, Ramsar, Reservas da Biosfera e Geoparques
- Aptidão ecológica considerada em ordenamento florestal

Governança

- Implementação de metodologias participativas: com interlocutores locais na definição de áreas protegidas, na implementação de subsídios agrícolas
- Revisão do modelo de cogestão e definição de comissões de cogestão capacitadas e multidisciplinares
- Intervenção em território privado, co-responsabilização
- Criação de regimes de servidões
- Novas formas de organização colaborativa
- Cooperação a nível de ações de paisagem
- Contratualização da gestão separando execução de avaliação e fiscalização.
- Articulação interministerial / diálogo para a biodiversidade

Capacitação e sensibilização

- **Agricultores** (extensão rural) – formação em SE
- **Técnicos** – SE, remoção de espécies exóticas invasoras; governança
- **Autarquias / Municípios** – gestão para a biodiversidade
- **Agentes de fiscalização** (polícia municipal, GNR, etc) – fiscalização ambiental
- **Sociedade e público escolar** – Sensibilização ambiental; revisão de conteúdos programáticos ensino básico e superior.
- **Sector empresarial** – soluções baseadas na natureza; serviços dos ecossistemas; ações de conservação e restauro.

Critérios, standards ou mecanismos

- Medidas de avaliação do desempenho das Áreas Protegidas
- Critérios para a compatibilização entre fontes de energia renováveis e natureza

Restauro da Natureza

- Definição balizando objetivos, sistemas de referência e monitorização
- Uniformizar métodos de monitorização

Serviços dos ecossistemas

- Definição de ferramentas de valoração
- Metodologias de valorização do capital natural

Investigação

- Impacto do uso do solo na biodiversidade
- melhorar a saúde e resiliência das florestas; remoção de espécies exóticas

Gestão do património natural

- Gerir para a qualidade das florestas e multifuncionalidade
- Acompanhar estudo comparativo das estratégias europeia e nacional para as florestas e biodiversidade, a decorrer (ICNF-IGOT)
- Harmonização de interesses entre produção e conservação
- Gestão do solo e mobilização mínima
- Sistemas de incentivo a modelos de produção agro-silvo-pastoris
- Aproveitamento de zonas de solo degradado para instalação de parques solares
- Programa faseado de descontinuação de barragens obsoletas

Secção 2

Ações prioritárias, stakeholders e instrumentos

A informação apresentada nesta secção inclui uma reflexão sobre a implementação de três objetivos da EB2030:

- Plano de Restauro da Natureza
- Reforço da coerência do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (expansão e ordenamento)
- Eficácia da gestão e cogestão.

Os membros do Think Tank, divididos em grupo, definiram ações prioritárias, identificaram atores a envolver e capacitar, e sugeriram instrumentos (técnicos, financiamento, políticos) para cada objetivo.



Figura 7 - Grupos a trabalhar nos seus objetivos © Bárbara Pais

1) Plano de Restauração da Natureza

Ações prioritárias

- 1) Definição do conceito de restauro
- 2) Definição de standards para identificar áreas, habitats e intervenções prioritárias
 - a. Definição de mecanismos de congregação de informação e base de dados
 - b. Definição de escalas temporais e objetivos de restauro – *intervenção mínima, fornecer as bases para o auto-restauro*
 - c. Estabelecer metas adaptadas a características ecológicas de cada geografia
 - d. Necessário assumir e integrar compromissos multi-actor
- 3) Estabelecer rede de viveiros e um banco de germoplasma de plantas autóctones
- 4) Aquisição ou aluguer de terrenos pelo Estado
 - a. Trabalhar multiescala
 - b. Priorizar intervenções com potencial de scaling-up
- 5) Identificação de mecanismos de financiamento que sejam conflitivos com o restauro (referido o “princípio da adicionalidade de investimento” no caso da atribuição de créditos de carbono).
- 6) Diálogo multiator e multidisciplinar
 - a. Identificar atores
 - b. Integrar resiliência às alterações climáticas

Instrumentos

- 1) PAC
- 2) Novo financiamento (criação de um novo fundo)
- 3) POSA
- 4) Imposto de terreno rústico / Lei sucessora. Revisitar e alterar impostos sobre terrenos rústicos – diferenças de fiscalidade para diferentes usos do território
- 5) Banco de terras para restauro (investimento privado, baldios, etc),
- 6) Compromisso social / acordo – que permitisse a criação de uma comissão estável (além do calendário político)
- 7) Créditos de biodiversidade (do ponto de vista do investidor)

Atores

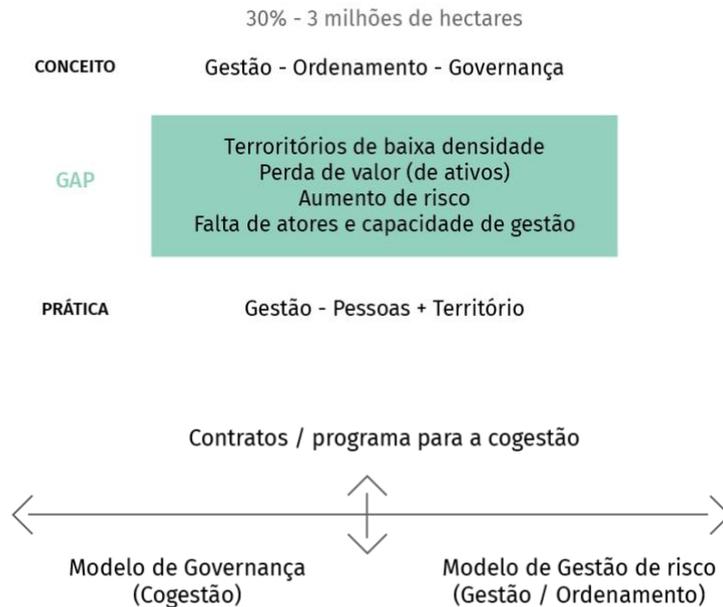
- Proprietários,
- Agência do Estado - juntas, municípios
- Entidades de gestão de baldios,
- ONGs
- Empresas
- Academia

Barreiras

- Compatibilização de créditos de carbono e outros mecanismos de financiamento (“subsídios perversos”);
- Problema de mercantilização dos serviços dos ecossistemas.

2) Eficácia da Gestão e Cogestão

A operacionalização de processos de gestão do território está fundamentalmente associada à forma como é feita a governança naquele espaço. Modelos podem variar em função da gestão do risco.



Exemplo 1: Modelo de gestão no Baldio de Famalicão da Serra

- Serra da Estrela
- Em curso há 30 anos, 600 ha



- Empresas pagam uma renda pela gestão do baldio (20€/ha/ano) e participam na tomada de decisão. Potencia o alinhamento estratégico entre entidades que contratualizam a gestão e ajudam a implementar políticas.
- Orçamento público para a compra
- Limite no acesso a fundos em termos competitivos
- Afições: necessidade de alinhamento estratégico (Sec de Estado, ICNF) e escala de aquisição de terra suficiente para gestão eficaz

Exemplo 2: Modelo de Gestão FlorestGal e potencial up-scaling para área protegida

Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGPs) referidas como exemplo de financiamento de bens e serviços de ecossistema.

Modelos possíveis:

- A) Sociedade anónima, proprietários como acionistas
- B) Perspetiva de gestão à escala da paisagem
- C) Considerar a partilha de risco (exemplo: incêndio, perda de rendimento).
- D) Incluir na equação os bens e serviços de outras atividades económicas para introduzir receitas (que “ponham a máquina a funcionar”)

Exemplo 3: Recreio na Tapada de Mafra

- Visitação gera rendimento
- Valor de visita varia entre 5-17€ em função do programa
- 20 funcionários

Carece de modelos de funcionamento mais simplificados e menos honorosos, compatibilizando os encargos públicos (orçamento público) e privados (resp. social privada, responsabilidade das empresas na sustentabilidade; eg. Fundos florestais).

Outros exemplos:

- a) Considerar outras atividades com capacidade de gerar elevados volumes de negócio (caça, turismo, etc)
- b) A partilha de responsabilidades só pode ser considerada depois da identificação e quantificação dos riscos
- c) Fundos de gestão de ativos que permitam corrigir soluções de gestão sem retorno
- d) Demonstração de gestão ativa pode ter um efeito mobilizador para envolver ou cativar outros proprietários em áreas adjacentes (tem sido observado no caso dos baldios)

3) Reforço da coerência do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (expansão e ordenamento)

“Antes da expansão... ordenamento!”

Ações

- 1) avaliação do desempenho das áreas do SNAC no cumprimento das metas para a biodiversidade.
- 2) Avaliação do grau de cobertura dos valores a proteger pelo SNAC: Definir critérios para alargamento com base na biodiversidade e cenários climáticos
- 3) Definição de critérios para assegurar a conectividade entre as áreas do SNAC
- 4) Definição dos princípios de ordenamento e regras de gestão das áreas de conectividade (orientações do UICN, diferenciando APs e áreas de conectividade)
- 5) Clarificar critérios para identificação de áreas de conservação estrita

Stakeholders a envolver

- (ações 1-2) ICNF, Academia
- (ações 3,4,5) Fórum intersectorial (um nacional com representação de todos os setores, sob a alçada da DGT, com várias comissões), Municípios e associação de municípios; ICNF; Academia; Agricultura e florestas
- Uma comissão de acompanhamento da estratégia?
- PNPT, Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, tem incluído o sistema natural e o de conectividade (ecológica) – é desejável que haja uma comissão de acompanhamento

Instrumentos

- Fiscalidade positiva
- Apoio financeiro à gestão ativa, na linha do que são os programas de IGPs – inclui majorações para áreas de REN. O que já existe e funciona pode ser objeto de remuneração e serviços de ecossistemas.
- Reconversão de planos especiais para programas.
- Criação de programas de monitorização.

Secção 3

Indicações para as próximas sessões

A primeira sessão do Think Tank foi uma oportunidade para debater os ambiciosos desafios da União Europeia em termos de biodiversidade e de restauro da natureza. Permitiu identificar as principais barreiras à implementação da EB2030 e da TEN-N em Portugal. O mapeamento providencia orientações para a organização das sessões intermediárias, para os próximos encontros do Think Tank e detalhe das sessões de capacitação, nomeadamente as competências em falta e os públicos-alvo.



Figura 8 - Barreiras à implementação da EB2030, categorias criadas com base no mapeamento

A próxima sessão do Think Tank, prevista para Maio de 2024, vai focar-se nas questões do financiamento, nomeadamente fiscalidade verde e mecanismos para valoração do capital natural. A última sessão será provavelmente dedicada ao Plano de Restauro da Natureza.

Relativamente às sessões intermédias, serão feitas em formato online com o objetivo de chegar a mais participantes, preferencialmente de diferentes regiões do país. Serão sessões

de partilha de informação dirigida a grupos específicos, identificados na secção um. A primeira sessão será realizada em Março de 2024, dirigida a técnicos de autarquias, de Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Rural (CCDRs), Comunidades Intermunicipais (CIMs) e outras entidades públicas ou privadas com intervenção direta na gestão ou tutela do território.

Sessões de capacitação

A duração e formato das sessões de capacitação está ainda por definir. Serão preferencialmente realizadas em formato presencial, e podem ter uma componente prévia de formação online. Os temas sugeridos, referidos na Tabela 1, vão depender da aprovação da equipa de coordenação, da disponibilidade de formadores (membros do Think Tank, parceiros do projeto NaturaConnect e eventualmente colaboradores externos) e do interesse demonstrado, por parte dos públicos-alvo.

Tema das sessões de capacitação	Públicos-alvo
Planeamento Espacial e Priorização para a conservação (<i>spatial conservation planning and prioritisation</i>)	Administração Pública
Gestão ativa e eficiência de Áreas Protegidas	Técnicos de conservação da Natureza (ICNF, ONGs, Áreas Protegidas Privadas)
Financiamento para o Restauro e Conservação da Natureza	Empresas e ONGs
Programas de monitorização e acompanhamento	Administração Pública, ICNF

Tabela 1 - Possíveis temas para as sessões de capacitação

Cronograma das próximas sessões

2023												2024											
6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12					
					1				1		2						1						

2025												2026					
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6
		2		2				3		3		4			2		

■	reuniões presenciais Think Tank
■	reuniões online
■	sessões de capacitação

Compromissos assumidos pelos membros do Think Tank

Para terminar a primeira sessão, os participantes foram desafiados a escreverem (e assumirem) compromissos específicos no âmbito das suas competências e âmbito de atuação. Os compromissos expressos representam a diversidade de competências do grupo, e o seu potencial para mobilizar as mudanças, estratégias e ferramentas necessárias. Resumo dos compromissos:

EB2030 e metas

- Mobilização de diferentes atores detentores de conhecimento técnico-científico, quer para a expansão do SNAC, que para metas de restauro.
- Contribuir para a discussão, aplicação e identificação de OECMs.
- Aprofundar o exercício de “estrategização” antes de avançar para ações, com ancoragem em contexto real.
- Identificação de riscos em termos de “governança antecipatória”.
- Contribuir com conhecimento científico para a expansão do SNAC: conectividade, recursos hídricos.
- Contribuir para a seleção e áreas de 10% para conservação e prioridades para a conservação estrita.

Testagem / aplicação direta

- Adaptação da gestão para a biodiversidade e resiliência nas áreas protegidas, jardins históricos e outros espaços naturais sob a gestão da entidade (3x).
- Contribuir para o cumprimento de metas de restauro, através de projetos com proprietários (*exemplos: financiados por empresas, empresas dedicarem % área à conservação, etc*).
- Implementação de medidas menos interventivas no âmbito do restauro, para que possam ser replicadas nas áreas envolventes à AP.

Restauro da Natureza

- Contribuir para simplificar cientificamente o processo de elaboração e monitorização do plano de Restauração da Natureza.
- Explorar formas de implementação / operacionalização legal da Lei do Restauro, incluindo mecanismos de salvaguarda e não-deterioração de áreas restauradas.

Ordenamento

- Contribuir para a transformação da paisagem através da criação e Estruturas ecológicas e de resiliência ao fogo nos territórios florestais vulneráveis.
- Monitorizar o tema biodiversidade no sistema natural do PNPT e do sistema de conectividade ecológica através de indicadores adotados no relatório de estudo do ordenamento do território
- Produzir e disponibilizar informação georreferenciada de apoio à monitorização da estratégia da biodiversidade.

Capacitação

- Identificar necessidades de capacitação da ONGAs para participação na elaboração do plano nacional de restauro e metas 30 x 10 x 30
- Capacitação técnico-científica em gestão e restauro de ecossistemas para empresas com gestão de propriedades
- Capacitação dos agentes do território para resposta aos avisos associados aos instrumentos financeiros do Programa de Transformação da Paisagem

Colaboração

- Abertura para participar em processos participativos, casos de estudo e colaborações multisectoriais
- Fornecer dados de monitorização de espécies e habitats
- Participar na discussão de modelos de remuneração de bens e serviços dos ecossistemas; propor mecanismos e métricas para o mercado da biodiversidade.
- Criação de uma agenda de alinhamento do Think Tank e formas de comunicação eficiente
- Colaborar no âmbito do ruído, qualidade do ar e litoral



Figura 9 - Primeira reunião do Think Tank © Carlos Espiga

Bibliografia

Apresentações feitas durante a primeira sessão do Think Tank e contributos dados pelos participantes.

Araújo, M.B. (Coordenação), Antunes, S., Gonçalves, E.J., Oliveira, R., Santos, S. & Sousa Pinto, I. 2022. Biodiversidade 2030: Nova agenda para a conservação em contexto de alterações climáticas. Universidade de Évora & Fundo Ambiental, Ministério do Ambiente e da Ação Climática, Lisboa.

<https://www.icnf.pt/api/file/doc/ffb347af20df1daf>

https://environment.ec.europa.eu/strategy/forest-strategy_en

<https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/oigp>

<https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/prgp>

<https://naturaconnect.eu/>

Anexo – Agenda da sessão

Agenda

09:30 Café e receção dos participantes na [Casa Morgado Esporão](#), Évora

09:45 Início dos trabalhos:

- Boas-vindas de Miguel Bastos Araújo
- Apresentação dos participantes
- Objetivos do *Think Tank*, Miguel Bastos Araújo
- O projeto NaturaConnect e a criação da Rede Transeuropeia de Conservação da Natureza, Henrique M. Pereira
- Objetivos da sessão, Bárbara Pais

10:45 A Estratégia Europeia da Biodiversidade 2030 (EEB 2030) e a implementação em Portugal

- Metas e objetivos, Miguel Bastos Araújo
- Ponto de situação da implementação em Portugal, Carlos Albuquerque, ICNF
- Mapeamento colaborativo: drivers e barreiras sociais, políticas e financeiras para o cumprimento dos objetivos estipulados na EEB 2030, Bárbara Pais

12:30 Pausa para almoço

13:30 Conclusão do mapeamento colaborativo

14:00 Sinergias, interações e compromissos: do público ao privado

- Necessidades de intervenção: ordenamento, conservação, ambiente
- Expansão do Sistema Nacional de Áreas Classificadas
- Ferramentas de financiamento para a biodiversidade
- Revisão dos stakeholders identificados

15:45 Coffee break

16:00 Ações futuras

- Identificação de necessidades de capacitação
- Próximos passos do Think Tank
- Resumo e despedida

17:00 Final da Sessão